

TRABALHO DOCENTE E ADOECIMENTO: IMPACTOS PSICOSSOCIAIS DO AJUSTAMENTO DE PROFESSORES DA REDE ESTADUAL DE ENSINO

Autores: MARIA VIVALDINA RODRIGUES DE MOURA, MARIA VIVALDINA RODRIGUES DE MOURA, CLEDINALDO APARECIDO DIAS

Introdução

O mundo do trabalho tem-se transformado ao longo dos anos, mudanças significativas ocorreram, novas formas surgiram “sob a condição de separação absoluta do trabalho, a alienação assume a forma de perda de sua própria unidade: trabalho e lazer, meios e fins, vida pública e vida privada, entre outras formas de disjunção dos elementos de unidade presentes na sociedade do trabalho” (ANTUNES, 1999, P.133). Segundo o autor com as modificações a alienação é percebida de diferentes formas, através do grande número de trabalhadores desempregados, isolados, excluído da sociedade, muitos profissionais encontram-se apáticos.

Nesse contexto, diversos conflitos pessoais surgem associados ao trabalho, à necessidade de executar suas atividades e cumprir suas metas em tempo hábil. A realização pessoal e profissional e a intensificação do trabalho geram ansiedade, angústia, desequilíbrio emocional, acarretando riscos à saúde e comprometendo o desempenho no trabalho. De acordo com Rio (1998) é certo que haja o surgimento cada vez mais frequente de doenças relacionadas ao trabalho, fato que afeta tanto a saúde física quanto a saúde mental do profissional, já que se exige dos trabalhadores cada vez mais. Muitas das vezes estes profissionais devem enfrentar péssimas condições para efetivação do exercício da profissão.

Para Branquinho (2011, p.24) no caso dos profissionais docentes, as atribuições do trabalho nem sempre favorecem condição para o alcance dos resultados desejados, o que resulta na insatisfação e angústia pelos insucessos auferidos. A autora destaca ainda os impactos das transformações e as contradições com a expansão do ensino, que afeta a qualidade do ensino e consequentemente a saúde dos professores.

Nessa direção Moreira e Mendes (2005) apontam que, nas limitações de caráter organizacional, surgem, sobretudo, as longas jornadas de trabalho, o ritmo acelerado do trabalho e a ausência de descanso entre as atividades, caracterizando assim um sobrecarga de trabalho. Fato que, desencadeiam os fatores psicossociais que possuem abrangência por seu caráter de pressão excessiva para os resultados, ambiente tenso, problemas de relacionamento interpessoal, péssimas condições físicas e estruturais para desenvolver as atividades.

Nessa linha de pensamento Gomes, Brito (2002) enfatiza que esses fatores atentam para a agitação, estresse e irritação do professor. Irritação a qual pode ser notada a partir de sintomas de ansiedade, nervosismo, angústia, perturbações do sono, problemas osteomusculares, digestivos, respiratórios e de voz. Assim, a realidade da profissão docente e o sofrimento dos professores têm contribuído para muitos desistirem da profissão e em alguns casos ficarem impossibilitado de exercer sua função em decorrência a doenças relacionada ao trabalho. Assim para que haja um acompanhamento desses profissionais há uma legislação específica que tem como base a Resolução SEPLAG nº 61 de 15 de junho de 2013 que disciplina a execução do disposto no artigo 30, § 2º, da Constituição Estadual. . “Ao servidor público que, por acidente ou doença, tornar-se inapto para exercer as atribuições específicas de seu cargo, serão assegurados os direitos e vantagens a ele inerentes, até seu definitivo aproveitamento em outro cargo”.

Nesse sentido, a pesquisa visa responder a seguinte questão: Quais os impactos psicossociais do afastamento de professores da sala de aula de uma escola de Rede Pública Estadual de Montes Claros/MG em consequência do trabalho, na perspectiva dos docentes ajustados e dos profissionais da área administrativa? Dessa forma, o presente trabalho busca analisar os impactos psicossociais provenientes do ajustamento de professores em uma escola da Rede Pública Estadual de Ensino de Montes Claros/MG. Especificamente, busca-se: a) identificar as causas e tipos de afastamento; b) analisar o processo de readaptação e/ou ajustamento funcional dos professores ajustados; c) verificar os reflexos do ajustamento e os sentimentos experienciados pelo ajustado; e, d) verificar a existência de políticas preventivas de saúde ocupacional praticadas pela escola.



Metodologia

Para o alcance dos objetivos propostos o método utilizado foi o qualitativo, que preza pela análise e interpretação de aspectos profundos e descreve o comportamento complexo do ser humano, ou seja, fornece análise mais detalhada sobre atitudes, e comportamento dos envolvidos na pesquisa. Foi realizada a pesquisa bibliográfica e documental, além do uso de entrevistas e observação participante. A pesquisa bibliográfica contribuiu para a elaboração dos conceitos e articulações sobre o tema e a pesquisa documental para obter o volume de professores efetivos ajustados, os tipos e causas de ajustamento existentes na escola, conforme registros administrativos. Encontrou-se na escola somente registros de ajustamento a partir do ano de 2007, nesse período foram identificados 18 ajustamentos ocorridos na escola, sendo atualmente sete. O universo de estudo foi uma escola da Rede Pública Estadual de Ensino de Montes Claros/MG, a escola foi escolhida pela acessibilidade. Assim a população da pesquisa é constituída pelos sete professores efetivos ajustados, quatro gestores e a secretaria. Para tanto, foram realizadas 11 entrevistas, sendo os sete professores ajustados, a diretora da escola, duas supervisoras e a secretária, pois a vice-diretora, por motivos pessoais não aceitou participar da pesquisa. As entrevistas foram realizadas por meio de um roteiro com dez pontos de discussão para os professores ajustados e sete para os demais sujeitos da pesquisa. Utilizou-se ainda um gravador para auxílio no desenvolvimento da pesquisa e para facilitar o processo de análise de dados. Também foi utilizado o termo de consentimento livre e esclarecido, demonstrando concordância da instituição com a pesquisa. Cada entrevista foi realizada individualmente na escola, no mês de julho, em horários previamente agendados e de acordo com a disponibilidade dos entrevistados. Os dados coletados foram tratados pela técnica de análise de conteúdo, por ser uma técnica que descreve de forma objetiva e sistemática o conteúdo existente nas entrevistas, com a finalidade de interpretá-los. A observação participante possibilitou a aproximação da realidade e uma melhor compreensão da cotidianidade compartilhada pelos envolvidos na pesquisa. Para preservar a identidade dos entrevistados utilizou-se nomes fictícios (pseudônimo), os professores foram nominados de professor 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 e a equipe administrativa como ADM – A, B, C, D.

Resultados e Discussão

A partir da pesquisa documental realizada junto à escola, analisando o período de 2007 a 2017, referente aos impactos psicossociais dos professores, foram identificados 18 ajustamentos ocorridos na escola no período, sendo que atualmente sete se encontram nessa situação. Tal redução no número de professores ajustados no período deu-se em função de aposentadorias (7), exoneração (3) transferência (01). Quanto às funções de ajustamento os professores se encontram lotados no departamento de pessoal, secretaria, xerox e biblioteca e o tempo de ajustamento varia entre três a oito anos.

Ao analisar os motivos e/ou fatores que justificam o ajustamento dos professores identifica-se que parte destes apresenta a violência na escola como principal desencadeador dos processos de ajustamento. Essa violência, proveniente por alunos, pode ser observada tanto no seu caráter físico como moral. Essa violência tem impacto direto tanto nas relações sociais, como nos processos funcionais da organização. Outro fator determinante relatado por alguns professores para o ajustamento foi o excesso de trabalho, alguns com dupla jornada de trabalho em diferentes escolas e turnos.

O quadro depressivo foi apontado também como motivo de ajustamento desses professores. A depressão é tida como causa de ajustamento para mais de da metade dos professores entrevistados. Um entrevistado relatou a fibromialgia como causa de seu ajustamento. Outro entrevistado traz o “Transtorno obsessivo compulsivo – Toc” (Prof. 2), como um problema que afetou sua vida, fato que o levou ao afastamento e conseqüentemente ao ajustamento funcional. Esse problema “caracteriza-se pela presença primária de obsessões ou compulsões, persistentes e recorrentes, que consomem tempo, causam sofrimento e interfere de forma significativa nas relações sociais e nas atividades do indivíduo” (ABREU et al, 2012, P. 139).

Outros aspectos importantes nessa discussão, que os entrevistados trouxeram como motivo de seu ajustamento relaciona-se também a saúde psíquica e física, nos quais os relatos apresentam a “Ansiedade, tensão nervosa, desânimo, fobia social e dores físicas (Prof. 4)”, tem se também problemas com “Sala cheia (...) é perturbação com barulho, som alto, é gritaria, é tumulto de pessoas (Prof. 5)” e “dor crônica (Prof. 7)” desinteresse do aluno, cobrança por parte do sistema, ameaças, falta de respeito (...)” (Prof. 4). Em um relato isolado, foi apontado como motivo de ajustamento, o profissional trabalhar conteúdos para o qual não era habilitado, fato que o prejudicou e contribuiu para seu adoecimento e afastamento da sala de aula. Tal fato é considerado como assédio moral organizacional. Afeta a dignidade e a identidade do profissional, levando o questionar sua capacidade e competência.



Quanto ao processo de readaptação à nova função proposta, somente os professores 1, 2 e 5 não passaram pelo processo ou não tiveram dificuldade, pois já tinham experiência na área administrativa. Enquanto que os demais entrevistados relataram que tiveram dificuldades apenas no início, tais como dificuldades de adaptação a nova função, retorno de sentimentos de medo, dores relacionados aos problemas adquiridos, descrédito, preconceito e que atualmente já estão adaptados às novas funções e dando conta de desempenhar atividades que são solicitadas. Nesse processo, alguns relataram que ao serem colocados em atividades que tinham maior contato com o aluno ouve uma reação que levou ao ressurgimento dos sintomas do problema adquirido. Sobre o assunto o entrevistado ADM-D, relatou que esses profissionais “deveriam cumprir sua carga horária de trabalho na Superintendência Regional de Ensino (SRE) ou outro órgão pela qual não tem a presença de alunos. Atenta-se nesse sentido para uma incoerência na Legislação, a Resolução SEPLAG nº 61 de 15 de julho de 2013 e a Resolução SEE nº 2.741, de 20 de junho de 2015 republicada em 23/01/2015, determina no artigo 9º § 1º os ajustados cumprirão a carga horária completa de seus respectivos cargos podendo exercer as atividades na secretária escolar ou na biblioteca escola. Os professores ajustados afirmam que ao exercer funções de apoio na secretaria e na biblioteca tem contato direto com aluno e sofre com os problemas adquiridos.

Ao serem questionados sobre os reflexos e os sentimentos experienciados pelo ajustamento, o professor ajustado 1 relatou que teve problemas no período anterior ao ajustamento, foi um processo demorado, difícil, doloroso, de sentimento de isolamento, dificuldade em sair de casa, sentimento de inutilidade, medo, preconceito e gerou muito desconforto, não conseguia socializar. E após o ajustamento houve reflexos negativos devido à desconfiança, discriminação das pessoas com relação ao desenvolvimento do trabalho, acreditava que o profissional ajustado não trabalhava, mas quando conheceram seu trabalho não teve problemas como ajustado. Para o professor 4 os reflexos do ajustamento foram negativos no início, evidenciado através de discriminação, preconceito, bullying. Embora o descontentamento de alguns, verifica-se que para outros o afastamento refletiu de forma positiva, implicando no melhoramento da qualidade de vida do sujeito ajustado, ficou livre de problemas existente na sala de aula.

Quanto à percepção dos profissionais administrativos sobre o ajustamento, perpassa o contexto emocional e subjetivo dos ajustados. Eles consideram que os problemas emocionais são oriundos principalmente das péssimas condições de trabalho e a desvalorização do docente, onde a escola perde excelentes professores, mas ao mesmo tempo ganham excelentes profissionais em outros setores. Na visão da equipe administrativa o ajustamento passa a funcionar como mecanismo de reinserção e reintegração do professor na escola.

Já na percepção dos professores ajustados verifica-se que somente um (01) professor ver o ajustamento funcional como algo ruim, porém necessário. Acredita que o profissional ajustado é insignificante, somente um número, uma estatística apenas. Os demais professores entrevistados ver o ajustamento funcional como uma oportunidade para socializar e está ativo na sociedade, de melhorar a auto-estima, uma oportunidade de inserção no mercado de trabalho, é de suma importância, pois possibilita os profissionais se sentirem úteis durante o período de tratamento. Mais da metade dos professores entrevistados se sentem bem com o ajustamento, mesmo não tendo um acompanhamento adequado.

Quanto às políticas preventivas de saúde ocupacional foi unânime o desconhecimento, tanto dos profissionais administrativo como dos ajustados, de qualquer política de prevenção ou acompanhamento da saúde ocupacional do profissional. É relevante destacar que esse acompanhamento a partir de políticas públicas é muito importante para os profissionais que estão ajustados e também aos que não estão para que evitem problemas de adoecimento ao longo da carreira profissional.

Considerações finais

Este estudo possibilitou observar que o ajustamento funcional é um processo delicado, importante e necessário para os profissionais que passaram por algum tipo de adoecimento. Os entrevistados na maior parte das vezes/dos questionamentos se posicionaram de forma unânime, mostrando sempre a especificidade de cada caso, a da dificuldade enfrentada, dos sofrimentos, das ilusões e desilusões, dos medos e da coragem de enfrentar e lidar com cada um deles. A pesquisa apontou a atual situação de trabalho dos professores, como uma sensação genérica de intenso mal-estar, envolvendo problemas de saúde relativos à: ansiedade, tensão, nervosismo, depressão, angústia, insegurança, esgotamento, estresse e irritabilidade. Percebe-se a partir das teorias e dos relatos que, o ajustamento é um processo doloroso e sofrido. Mas traz em si diversos benefícios para a vida do profissional, possibilitando a ele a oportunidade de ser útil novamente, diante do sentimento de inutilidade, com aspecto deprimente, em muitos casos estar trabalhando é umas das melhores terapias. Nesse sentido, embora tenha uma lei específica que trata sobre o ajustamento dos profissionais afastados da sala de aula, os mesmos não se sentem amparados pelos governantes. Fato que torna necessário um debate mais amplo sobre a questão e que crie políticas preventivas, de forma pensar uma atenção anterior aos problemas, ou seja, de forma a agir antes que o mal aconteça. Atenção no sentido de políticas de valorização de carreiras, políticas preventivas para os alunos, acompanhados dos profissionais bem como dos alunos; maior diálogo entre docente, discente, gestoras e governantes.

Referências

ABREU, Cristiano Nabuco de. et al. **Psicoterapias cognitiva e construtivista**. Dados eletrônicos. Porto Alegre: Artme. 2012.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo, 1ª Ed,1999, reimpressão2007.

BRANQUINHO, Neuzani das Graças Soares. **Qualidade de vida no trabalho, bem-estar e mal-estar em professores da rede pública**. Montes Claros, MG: Unimontes, 2011.

BRASIL. Resolução SEPLAG nº 61 de 15 de junho de 2013. **Disciplina a execução do disposto no artigo 30, § 2º, da Constituição Estadual**. Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais.

_____.Resolução SEE nº 2.741, de 20 de junho de 2015. **Estabelece normas para organização do quadro de pessoal das escolas estaduais (...)**. Disponível em: . Acesso: 30 de agosto 2017.

GOMES, L.; BRITO, J. C. **Trabalho multifacetado de professores/as: a saúde entre limites**. 2002. 118f. Dissertação (Mestrado em Ciências na área de Saúde Pública) – Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Osvaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: . Acesso em 03 de agosto de 2017.

MOREIRA, A. M. R.; MENDES, R. **Fatores de risco dos distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho de enfermagem**. Revista Enfermagem UERJ, Rio de Janeiro, v. 13, p. 19-26, 2005. Disponível em: . Acesso dia: 02 de agosto de 2017.

RIO, R. P. **LER**: ciência e lei: novos horizontes da saúde e do trabalho. Belo Horizonte: Health, 1998.